



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia**

Edital nº 23/2026 de 24 de abril de 2026.

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA - IFBA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade temporária de excepcional interesse público e considerando o disposto no Art. 7º, inciso II, do Decreto nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, torna pública a abertura das inscrições para o Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação de Professor Substituto do campus Lauro de Freitas, nos termos do Art. 2º, inciso IV, da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e da Orientação Normativa SRH/MP nº 5, de 28 de outubro de 2009, da Lei nº 15.142, de 2025, regulamentada pelo Decreto nº 12.536, de 27 de junho de 2025, da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025, do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e da Resolução CGRC-IFBA nº 003/2023.

1. DAS ÁREAS DE CONHECIMENTO, DO REGIME DE TRABALHO, DAS VAGAS, DA FORMAÇÃO ACADÊMICA EXIGIDA, DA REMUNERAÇÃO MENSAL E DAS DEFINIÇÕES GERAIS

1.1. As informações referentes às áreas de conhecimento, regimes de trabalho, número de vagas, formação acadêmica exigida e remuneração mensal encontram-se dispostas no Anexo I deste edital.

1.2. Todos os atos deste processo seletivo simplificado serão divulgados na página oficial do certame, localizada no endereço eletrônico <https://portal.ifba.edu.br/lauro-de-freitas> e <https://portal.ifba.edu.br/lauro-de-freitas/menu-institucional/processos-seletivos-1/Professor/Substituto/processo-seletivo-professor-substituto-2026/edital-no-23-2026-processo-seletivo-simplificado-para-contratacao-de-professor-substituto-campus-lauro-de-freitas>

1.3. Entende-se por divulgação a publicação na página oficial do processo seletivo indicada no item 1.2 deste edital.

1.3.1. O acompanhamento das publicações relacionadas a este processo seletivo simplificado é de responsabilidade exclusiva do/a candidato/a.

1.4 O IFBA não se responsabilizará por impugnações, recursos ou solicitações de inscrição não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, de falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, por erro ou atraso dos bancos ou entidades conveniadas no que se refere ao processamento do pagamento da taxa de inscrição, bem como por outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

2. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

2.1. A celebração do contrato com o IFBA está condicionada ao atendimento, pelo/a candidato/a, dos seguintes requisitos:

- 2.1.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou ainda, no caso de estrangeiro, estar com situação regular no país por intermédio de visto permanente ou temporário que o habilite a trabalhar no território nacional;
 - 2.1.2. Apresentar o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras), em caso de nacionalidade estrangeira;
 - 2.1.3. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
 - 2.1.4. Possuir a formação acadêmica exigida na área de conhecimento para a qual concorrer, conforme estabelecido no Anexo I;
 - 2.1.5. Estar em pleno gozo dos direitos políticos;
 - 2.1.6. Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
 - 2.1.7. Possuir aptidão física e mental para o exercício da função;
 - 2.1.8. Não ser novamente contratado, com fundamento na Lei nº 8.745/93, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de contrato anterior;
 - 2.1.9. Não ser servidor ocupante de cargo efetivo integrante das carreiras de magistério de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987.
- 2.2. Diplomas expedidos por universidades estrangeiras deverão estar devidamente revalidados e registrados, conforme legislação brasileira.
- 2.3. A não comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no subitem 2.1 e daqueles que vierem a ser estabelecidos neste edital impedirá a contratação do/a candidato/a.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DOS RECURSOS EM GERAL

- 3.1. Caberá impugnação aos termos deste edital para corrigir eventuais erros ou inconsistências de informação no prazo de 05 (cinco) dias da sua divulgação, através de envio para o endereço eletrônico de e-mail prof.substituto.lft@ifba.edu.br, sendo obrigatória a indicação da numeração do item ou anexo que se deseja impugnar, da informação que se deseja corrigir e os seus respectivos fundamentos.
- 3.2. Os recursos a serem interpostos quanto aos resultados deste processo seletivo deverão observar obrigatoriamente as seguintes disposições:
- 3.2.1. Deverão ser claros quanto ao objeto do recurso e devidamente fundamentados, sendo dirigidos à comissão organizadora e interpostos no prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de divulgação do ato ou documento que busca reformar;
 - 3.2.2. A interposição deve se dar única e exclusivamente por meio de envio para o endereço eletrônico de e-mail prof.substituto.lft@ifba.edu.br.
 - 3.2.3. Será admitido apenas 1 (um) recurso para cada fase, por candidato/a.
- 3.3. Só serão aceitos recursos cujo envio tenha ocorrido dentro do prazo estabelecido no subitem 3.2.1 deste edital.
- 3.4. Os resultados das análises dos recursos serão divulgados a partir do dia subsequente ao fim do prazo para interposição do recurso.
- 3.5. Não serão aceitos recursos ou impugnações enviados para endereço eletrônico de e-mail diferente daquele especificado nos itens anteriores, aconselhando-se aos candidatos a ação de “copiar e colar” os endereços eletrônicos descritos neste edital para evitar erros de digitação.

4. DA RESERVA DE VAGAS ÀS PESSOAS NEGRAS (PRETAS OU PARDAS), INDÍGENAS E QUILOMBOLAS - PPIQ

4.1. Poderão concorrer às vagas reservadas os/as candidatos/as que fizerem a opção pelas cotas para pessoas negras (pretos ou pardos), indígenas e quilombolas e se autodeclararem pretos/as ou pardos/as, indígenas ou quilombolas no ato da inscrição, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, seguindo-se o disposto no Artigo 3º, parágrafo 5º da Lei nº 15.142/2025.

4.1.1. Serão reservadas 25% do total de vagas ofertadas neste edital às pessoas negras (pretas ou pardas), 3% para indígenas e 2% para quilombolas, a serem distribuídas a critério do IFBA quanto às áreas de conhecimento, considerando que este processo seletivo está estruturado por especialidades que, individualmente, não possuem quantitativo de vagas suficiente à aplicação do percentual descrito.

4.1.2. Na hipótese de quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas às pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas, esse quantitativo será aumentado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), seguindo-se o previsto no parágrafo 2º, Artigo 5º da Lei nº 15.142/2025.

4.1.3. A fim de garantir o cumprimento das políticas de cotas quanto ao surgimento de vagas futuras que possam ser preenchidas através da convocação de candidatas/os aprovadas/os neste certame, a inscrição para concorrer à modalidade de reserva de vagas às pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas será admitida em todas as Áreas de Conhecimento indicadas no Anexo I deste edital, independentemente da existência ou não de vagas, neste ato, ofertadas para essa modalidade de concorrência.

4.1.4. O/A candidato/a que pretenda concorrer às vagas reservadas às pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas concorrerá, concomitantemente, às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atender a essa condição, e às vagas reservadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

4.1.5 Na hipótese de não haver candidatas/os quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas indígenas.

4.1.6 Na hipótese de não haver candidatos indígenas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas quilombolas.

4.1.7 Na hipótese de não haver candidatos indígenas ou quilombolas em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para as pessoas pretas e pardas, e, por último, para a ampla concorrência.

4.1.8 Na hipótese de não haver candidatos aprovados em número suficiente para o preenchimento das vagas em ampla concorrência, as vagas remanescentes serão revertidas para candidatas/os pretos e pardos, indígenas e quilombolas, observada a proporcionalidade prevista nos item 4.1.1.

4.2. No ato da inscrição, o/a candidato/a optante pela reserva de vagas para pessoa negra (pretas ou pardas) deverá assinalar, no campo previsto no Formulário de Inscrição, que deseja concorrer à reserva de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas), bem como anexar, no próprio formulário de inscrição:

a) 1 (uma) foto colorida perfeitamente nítida do/a próprio/a candidato/a de frente (com o fundo branco), e 1 (uma) foto colorida perfeitamente nítida do/a próprio/a candidato/a de perfil (com o fundo branco), ambas em formato JPEG, PNG ou PDF, com tamanho máximo total de 10 MB (megabytes);

b) Autodeclaração do Anexo V, em formato PDF, com tamanho máximo de 1 MB, datada e assinada em caneta azul ou preta conforme a assinatura do documento de identidade oficial que o/a candidato/a apresentará para o certame.

c) 1 (um) vídeo de no máximo 40 (quarenta) segundos, onde a/o candidata/o deve estar perfeitamente visível e audível, declarando o nome completo, a área de conhecimento a que concorre e uma das seguintes frases: “Eu declaro que sou negra/o, da cor preta” ou “Eu declaro que sou negra/o, da cor parda”, conforme autodeclaração do/a candidato/a.

4.2.1. As recomendações a serem seguidas quanto aos padrões para foto e vídeo para a heteroidentificação da pessoa negra (preta ou parda) serão as seguintes:

- a) que o fundo da foto seja branco;
- b) que o(a) candidato(a) esteja com a postura correta com a coluna bem alinhada;
- c) que não esteja de cabeça baixa, nem de cabeça erguida;
- d) que não esteja usando óculos, boné, touca ou adereço similar, e que não esteja sorrindo;
- e) no caso de candidatos(as) com cabelo comprido, a foto do perfil esquerdo deve estar com o cabelo atrás da orelha.
- f) o vídeo deve ser na extensão .MOV ou .MP4, com tamanho máximo de 50 MB ;
- g) é de inteira responsabilidade da pessoa candidata verificar se os arquivos carregados no sistema estão corretos conforme o edital , se estão com boa visibilidade e se foram devidamente carregados no sistema. O IFBA não se responsabilizará por problemas tecnológicos de falhas durante o processo de envio da referida documentação.

4.3. No ato da inscrição, o/a candidato/a optante pela reserva de vagas para indígenas deverá assinalar, no campo previsto no Formulário de Inscrição, que deseja concorrer à reserva de vagas para indígenas, bem como anexar no próprio formulário de inscrição o arquivo único em formato PDF com:

- a) autodeclaração para indígena do Anexo VI;
- b) documento de identificação civil do candidato, expedido por órgão público reconhecido na forma estabelecida na legislação, com indicação de pertencimento étnico;
- c) documento de comunidade indígena ou de instituição ou organização representativa do povo ou grupo indígena que reconheça o pertencimento étnico do candidato, assinado por, no mínimo, três integrantes indígenas da respectiva etnia; ou
- d) outros documentos que, na forma estabelecida no edital, estejam aptos a confirmar o pertencimento étnico do candidato, tais como:

- comprovantes de habitação em comunidades indígenas
- documentos expedidos por escolas indígenas;
- documentos expedidos por órgãos de saúde indígena;
- documentos expedidos pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai ou pelo Ministério dos Povos Indígenas; e)
- documentos expedidos por órgão de assistência social;
- documentos constantes do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instituído pelo art. 6º- F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; e
- documentos de natureza previdenciária.

4.4. No ato da inscrição, o/a candidato/a optante pela reserva de vagas para quilombolas deverá assinalar, no campo previsto no Formulário de Inscrição, que deseja concorrer à reserva de vagas para quilombolas, bem como anexar no próprio formulário de inscrição o arquivo único em formato PDF com:

- a) autodeclaração para quilombola do Anexo VII;
- b) declaração que comprove o pertencimento étnico do candidato, assinada por três lideranças ligadas à associação da comunidade, nos termos do disposto no art. 17, parágrafo único, do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003; e

c) Certificação da Fundação Cultural Palmares que reconheça como quilombola a comunidade a qual o candidato pertence.

4.5. O/A candidato/a que pretenda concorrer à reserva de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas e não cumprir os procedimentos estabelecidos nos subitens 4.2, 4.3 e 4.4, não poderá fazê-lo posteriormente e, conseqüentemente, concorrerá somente às vagas previstas para a ampla concorrência se a área de conhecimento para a qual se inscreveu possuir vagas destinadas à ampla concorrência.

4.5.1 Na hipótese de o/a candidato/a não cumprir os procedimentos estabelecidos nos subitens 4.2 e 4.2.1, se a área de conhecimento para a qual se inscreveu não possuir vagas destinadas à ampla concorrência, ocorrerá a sua imediata eliminação do certame.

4.6 O/A candidato/a que pretenda concorrer às vagas reservadas para pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas concorrerá concomitantemente às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se atender a essa condição, e às vagas reservadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

4.7 A autodeclaração dos/as candidatos/as que optarem pelas vagas reservadas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e quilombolas será verificada mediante procedimento de heteroidentificação, realizado por comissão específica constituída para esse fim, nos termos da Lei nº 15.142/2025 e do Decreto nº 12.536/2025.

4.7.1. A Comissão de heteroidentificação emitirá parecer sobre a confirmação ou não da Autodeclaração, considerando os aspectos fenotípicos do/a candidato/a, os quais serão verificados, obrigatoriamente, através dos elementos fornecidos pelo/a candidato/a previstos no subitem 4.2.

4.7.2. O procedimento de heteroidentificação para os/as candidatos/as autodeclarados/as negros/as (pretos/as e pardos/as) ocorrerá de forma assíncrona a partir das fotos e vídeos enviados pelas pessoas candidatas.

4.7.3. Para analisar recursos contra as decisões da Comissão de heteroidentificação, será composta a Comissão Recursal.

4.7.4. A Comissão de Heteroidentificação será constituída em conformidade com o disposto na Lei nº 15.142/2025 e no Decreto nº 12.536/2025, observando-se, no que couber, as diretrizes complementares da Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025.

4.7.5. O procedimento de heteroidentificação será realizado após o resultado definitivo da Prova de Desempenho Didático e antes do resultado final do processo seletivo a ser encaminhado para a homologação, sendo realizado apenas para os/as candidatos/as autodeclarados/as negros/as que não tenham sido eliminados/as do certame nas etapas anteriores.

4.7.6. Caso a autodeclaração não seja confirmada pela comissão de heteroidentificação, os/as candidatos/as passam a concorrer pela categoria de ampla concorrência.

4.7.7. A Comissão Organizadora divulgará o nome dos candidatos/as que serão avaliados/as pela Comissão de Heteroidentificação através de lista publicada na página oficial de acompanhamento do certame.

4.7.8. O resultado do procedimento de heteroidentificação será divulgado na página oficial de acompanhamento do certame.

4.8 Caberá recurso à Comissão Recursal do parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação quando não confirmada a autodeclaração dos/as candidatos/as autodeclarados/as negros/as.

4.8.1 Para recorrer, o(a) candidato(a) deverá seguir o procedimento previsto no item 3 e seus subitens deste edital, no prazo previsto no cronograma.

4.8.2 Em suas decisões, a Comissão Recursal deverá considerar a documentação enviada no ato da inscrição para os fins de heteroidentificação, o parecer emitido pela Comissão de Heteroidentificação e

os elementos que o embasaram (previsto no subitem 4.2), bem como o conteúdo do recurso elaborado pelo(a) candidato(a).

4.8.3 Das decisões da Comissão Recursal não caberá recurso.

4.8.4 O resultado dos recursos será divulgado, exclusivamente, na página oficial de acompanhamento do certame, conforme o cronograma.

4.9 O/A candidato/a que pretenda concorrer à reserva de vagas para indígenas e quilombolas terá a sua autodeclaração confirmada por uma comissão constituída para este fim, conforme o disposto no Decreto 12.536 de 27/06/2025.

4.10 O/A candidato/a que concorrer à reserva de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas, ressalvadas as condições especiais previstas neste edital, participará do processo seletivo simplificado em igualdade de condições com os/as demais candidatos/as, no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação.

4.11 A nomeação dos/as candidatas/as aprovados/as respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas às pessoas com deficiência e às pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas.

4.12 Em caso de desistência de candidato/a negro/a, indígena e quilombola, aprovado/a em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo/a candidato/a negro/a, indígena e quilombola, posteriormente classificado/a, se houver.

4.12.1 Na hipótese de não haver candidatos/as negros/as, indígenas e quilombolas, aprovados/as em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e preenchidas pelos/as demais candidatos/as classificados/as para a mesma área de conhecimento prevista no Anexo I, observada a ordem de classificação geral por cargo.

4.13. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o/a candidato/a que prestar informação ou fornecer elementos com conteúdo falso, com o intuito de usufruir das vagas reservadas para os/as candidatos/as negros/as, indígenas e quilombolas, estará sujeito:

- a) à imediata eliminação e exclusão do certame, se a informação com conteúdo falso for constatada antes da homologação do resultado final;
- b) à exclusão da lista de aprovados, se a informação com conteúdo falso for constatada após homologação do resultado final e antes da sua nomeação para a função;
- c) à declaração de nulidade do ato de sua nomeação para a função e da rescisão da sua contratação, se a informação com conteúdo falso for constatada após a sua nomeação.

5. DA RESERVA DE VAGAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PcD

5.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para o preenchimento de vagas cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência, nos termos do inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal; da Lei n.º 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto n.º 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações; da Lei n.º 13.146, de 06 de julho de 2015, regulamentada pelo Decreto 9.508, de 24 de setembro de 2018; da Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, regulamentada pelo Decreto n.º 8.368/14; e as contempladas pela Lei n.º 14.126, de 22 de março de 2021.

5.2. É previsto aos(às) candidatas(as) com deficiência o mínimo de 5% das vagas oferecidas no presente processo seletivo simplificado, na forma da Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, e dos Decretos 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e 9.508, de 24 de setembro de 2018, observando-se, na aplicação do percentual, o disposto no §1º do art. 1º deste último decreto, desde que não ultrapasse o limite máximo de

20% permitido em Lei, de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

5.3 Considerando que este processo seletivo é organizado por áreas de conhecimento que, individualmente, não possuem quantitativo de vagas suficiente à aplicação do percentual descrito, será permitida a inscrição como PCD em todas as áreas, aplicando-se a reserva quando surgirem vagas no cômputo geral do edital.

5.4. No ato da inscrição, o/a candidato/a deverá declarar que concorre à reserva de vagas para pessoas com deficiência e indicar a área de conhecimento (vaga) pretendida, observando se as atribuições do cargo são compatíveis com a deficiência declarada (exercício da docência com atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas).

5.4.1. A fim de garantir o cumprimento das políticas afirmativas de cotas quanto ao surgimento de vagas futuras que possam ser preenchidas através da convocação de candidatos aprovados neste certame, a inscrição para concorrer à modalidade de reserva de vagas às pessoas com deficiência será admitida em todas as Áreas de Conhecimento indicadas no Anexo I deste edital, independentemente da existência ou não de vagas, neste ato, ofertadas para essa modalidade de concorrência.

5.5. O/A candidato/a que concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência deverá, obrigatoriamente, enviar no formulário de inscrição, em formato PDF, o laudo médico que ateste a sua condição.

5.5.1. O laudo médico deverá ser digitalizado diretamente do original (se físico) ou, se digital, conter a assinatura eletrônica do médico responsável com a devida autenticação e mecanismo de conferência da autenticidade, bem como ser legível em todos os casos, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID10).

5.5.2. O laudo médico deve conter o nome e CPF do/a candidato/a, bem como o nome, a assinatura, o carimbo (se físico) e o número da inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM) do/a médico/a que forneceu o laudo médico.

5.6. O/A candidato/a que concorrer à reserva de vagas para pessoas com deficiência concorrerá concomitantemente à reserva de vagas para pessoas negras (pretas ou pardas), se atender a essa condição, e às vagas de ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo.

5.7. O/A candidato/a que desejar concorrer à reserva de vagas para pessoas com deficiência e não cumprir os procedimentos estabelecidos nos subitens 5.4 e 5.5 deste edital, não poderá fazê-lo posteriormente e, conseqüentemente, concorrerá somente às vagas de ampla concorrência.

5.8 O/A candidato/a que se inscrever como pessoa com deficiência, caso convocado/a, deverá se submeter a exame por junta médica oficial para emissão de laudo conclusivo para a comprovação da deficiência e aptidão ou não para o exercício do cargo.

5.8.1. O/A candidato/a que for julgado/a pela junta médica oficial como inapto/a para o exercício do cargo, em razão da incompatibilidade da deficiência com o exercício das atividades do cargo, será desclassificado/a deste processo seletivo simplificado.

5.9. O/A candidato/a que concorrer à reserva de vagas para pessoas com deficiência, ressalvadas as condições especiais previstas neste edital, participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação.

5.10. A nomeação dos/as candidatos/as aprovados/as deverá obedecer à ordem de classificação por área. Contudo, para fins de cumprimento da cota, considerar-se-á o total de vagas providas no certame como um todo.

5.10.1. Deverá ocorrer a convocação prioritária da/o primeira/o candidata/o classificada/o como PCD (independentemente da área, observada a maior nota relativa ou sorteio em caso de empate entre áreas distintas), quando o total acumulado de vagas providas no certame alcançar o quantitativo que permita a aplicação do percentual mínimo exigido de 5% (cinco por cento).

- 5.11. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato/a ocupante de vaga reservada à pessoa com deficiência implicará na sua substituição pelo/a candidato/a com deficiência classificado/a na sequência, desde que haja candidato/a classificado/a nessa condição.
- 5.12. Na hipótese de não haver candidatos/as com deficiência classificados/as para ocupar a vaga reservada, esta será revertida para candidatos/as sem deficiência e será preenchida pelos/as demais candidatos/as aprovados/as para a mesma área de conhecimento, observada a ordem de classificação com o critério de alternância e proporcionalidade entre as vagas reservadas e ampla concorrência.
- 5.13. Após a posse no cargo, o/a candidato/a nomeado/a em vaga reservada à pessoa com deficiência não poderá arguir a deficiência declarada para recusar o exercício das atribuições inerentes à função pública.

6. DAS INSCRIÇÕES

- 6.1. A inscrição neste processo seletivo simplificado implica, desde logo, no conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste edital e nos seus anexos, das quais o/a candidato/a não poderá alegar desconhecimento.
- 6.2. As inscrições estarão abertas no período indicado no Anexo IV deste Edital, podendo ser prorrogadas a critério do IFBA.
- 6.3. As inscrições deverão ser feitas exclusivamente pela internet, através do formulário constante na página oficial do certame: <https://portal.ifba.edu.br/lauro-de-freitas/menu-institucional/processos-seletivos-1/Professor/Substituto/processo-seletivo-professor-substituto-2026/edital-no-23-2026-processo-seletivo-simplificado-para-contratacao-de-professor-substituto-campus-lauro-de-freitas>.
- 6.4. Para realizar a sua inscrição, o/a candidato/a deverá:
- 6.4.1. Acessar o edital e o formulário de inscrição, disponibilizados na página oficial do certame;
 - 6.4.2. Preencher o formulário de inscrição, anexar os documentos indicados e transmiti-lo (enviar) via internet, conforme instruções da página oficial do certame;
 - 6.4.3. Consultar, a partir da data indicada no Anexo IV deste Edital, na página oficial do certame, se a sua inscrição foi homologada.
- 6.5. O IFBA não se responsabiliza por inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 6.6. Todas as etapas da inscrição deverão estar rigorosamente cumpridas até o último dia de inscrição.
- 6.7. No ato da inscrição o/a candidato/a deverá fazer opção de concorrência para uma única vaga dentre as disponíveis.
- 6.8. Não serão aceitos quaisquer pedidos de alteração da opção descrita no subitem 6.7.
- 6.9. Havendo mais de uma inscrição efetuada pelo/a mesmo/a candidato/a, será considerada apenas aquela cuja data seja mais recente.
- 6.10. As informações prestadas na ficha de inscrição são de inteira responsabilidade do/a candidato/a, sendo excluído do processo seletivo aquele que prestar informações inverídicas.
- 6.11. Não serão aceitas inscrições por via postal, e-mail, condicional e/ou extemporânea.
- 6.12. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda aos requisitos fixados neste edital, essa será automaticamente cancelada.
- 6.13. O documento de identificação utilizado no ato da inscrição deverá ser o mesmo a ser apresentado quando da realização dos sorteios e da Prova de Desempenho Didático.
- 6.14. São considerados documentos oficiais de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Corpos de Bombeiros Militares, pelos órgãos fiscalizadores de

exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); Passaportes; Carteira Nacional de Habilitação com foto; carteiras funcionais do Ministério Público e Magistratura; carteiras funcionais expedidas por órgão público que valham como identidade na forma da Lei.

6.15. Não serão aceitos como documentos de identificação: certidões de nascimento; CPF; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo antigo); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

6.15.1. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitirem a identificação precisa do/a candidato/a e da sua assinatura.

6.16. O documento de identificação do/a candidato/a deverá ser apresentado na sua forma original.

6.17. O/A candidato/a que não tiver sua inscrição homologada e divulgada no site do IFBA poderá interpor recurso no prazo previsto no cronograma deste edital, apresentando documento de identificação utilizado para efetuar a inscrição.

6.18. Junto com a lista preliminar de inscrições homologadas será divulgada a banca avaliadora para cada área de conhecimento. Recurso com impugnação da banca avaliadora poderá ser interposto no prazo previsto no cronograma do presente edital.

6.19. Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser enviados diretamente para o endereço eletrônico prof.substituto.lft@ifba.edu.br no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20. A divulgação do resultado da análise dos recursos contra eventual indeferimento do pedido de inscrição ou composição da banca avaliadora se dará a partir da data indicada no Anexo IV deste Edital no site <https://portal.ifba.edu.br/lauro-de-freitas/menu-institucional/processos-seletivos-1/Professor/Substituto/processo-seletivo-professor-substituto-2026/edital-no-23-2026-processo-seletivo-simplificado-para-contratacao-de-professor-substituto-campus-lauro-de-freitas>.

6.21. O/A candidato/a deverá se certificar de que preenche todos os requisitos exigidos no Edital antes de efetivar a inscrição.

6.22. O IFBA não se responsabiliza pelo não recebimento dos documentos eletrônicos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como por outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a realização das inscrições, provas e todos os atos referentes a participação do/a candidato/a no processo seletivo observados os prazos.

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1. O processo seletivo simplificado visa ao preenchimento das vagas definidas neste edital e daquelas que porventura surjam durante a validade do certame.

7.2. Da Estrutura:

7.2.1. O processo seletivo simplificado será realizado em duas etapas constituídas de:

- 1) Primeira etapa: Prova de Títulos (eliminatória e classificatória); e
- 2) Segunda etapa: Prova de Desempenho Didático (eliminatória e classificatória).

7.2.2. As etapas do Processo Seletivo ocorrerão na forma prevista neste edital e todas as comunicações serão divulgadas na página oficial do certame.

7.2.3. As provas serão avaliadas por Banca Examinadora constituída de 03 (três) membros devidamente graduados, existindo no mínimo um componente com formação acadêmica igual ou superior à exigida para a vaga em disputa.

7.2.4. Serão atribuídos, no máximo, 10,00 (dez) pontos à Prova de Títulos, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Barema constante do Anexo II deste edital, independentemente da

quantidade de títulos e do tempo de experiência profissional apresentados pelo/a candidato/a.

7.2.5. Serão atribuídas notas de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) à Prova de Desempenho Didático, sendo considerado até o valor da segunda casa decimal, para efeito de divulgação.

7.2.6. Havendo experiências profissionais ocorridas em período concomitante, será considerada, para os fins de avaliação, apenas uma delas.

7.2.7. Não haverá, sob qualquer pretexto, segunda chamada para as Provas de Desempenho Didático ou realização das mesmas fora dos locais e horários determinados, exceto nos casos previstos neste edital.

7.3. Da Prova de Títulos:

7.3.1. Os documentos comprobatórios para a Prova de Títulos, devem ser anexados no espaço indicado no formulário de inscrição em formato PDF (em arquivo único).

7.3.2. A relação dos títulos que serão pontuados e a pontuação de cada título estão dispostas no Barema do Anexo II deste Edital.

7.3.3. Serão considerados documentos comprobatórios de titulação os diplomas, as declarações de conclusão de curso acompanhada de histórico escolar, os certificados e as atas de defesa (essa última exclusivamente para pós-graduação).

7.3.4. Os títulos acadêmicos obtidos no exterior deverão estar revalidados ou reconhecidos no Brasil por instituições de ensino superior reconhecidas pelo MEC, na forma da lei.

7.3.5. Os títulos deverão ser anexados impreterivelmente no próprio formulário de inscrição, bem como o Diploma e/ou Certificado da Formação Acadêmica Exigida para a vaga (frente e verso), sob pena de eliminação do/a candidato/a do certame.

7.3.6 O(s) título(s) apresentado(s) pelo candidato para os fins de comprovação da Formação Acadêmica Exigida para a vaga não poderão ser utilizados para pontuar no Barema da Prova de Títulos.

7.3.7. A documentação contendo os títulos deverá preferencialmente:

I – estar devidamente numerada por páginas na sequência de apresentação dos documentos (exemplo: 01, 02, 03, 04...);

II – estar organizada seguindo rigorosamente a ordem prevista no Barema do Anexo II;

III – possuir uma capa contendo o nome completo do candidato e a vaga para a qual concorre (Área de Conhecimento), que deverá estar localizada na primeira página da documentação, podendo o candidato optar por numerá-la ou não;

IV – possuir um sumário, imediatamente após a capa, que identifique os títulos apresentados e a respectiva numeração da página em que cada um deles se encontra;

V – possuir a documentação correspondente aos títulos, imediatamente após o sumário.

7.3.8. Não serão aceitos títulos apresentados em desacordo com o estabelecido nos subitens 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, 7.3.4, 7.3.5, 7.3.6.

7.3.9. Os títulos serão avaliados pelos membros da Banca Examinadora com base no Barema constante do Anexo II deste edital, perfazendo um total de 10 (dez) pontos, sendo atribuída ao/à candidato/a uma nota que varia entre 0,00 (zero) e 10,00 (dez).

7.3.10. Caso o/a candidato/a não tenha enviado os documentos comprobatórios, conforme subitens 7.3.1 a 7.3.6, a Banca Examinadora atribuirá a nota 0,00 (zero).

7.3.11. Para efeito de pontuação só será considerada a titulação acadêmica apresentada na forma de diploma, certificado de conclusão do curso ou atas de defesa com o respectivo histórico escolar (essa última exclusivamente para pós-graduação).

7.3.12. A nota da Prova de Títulos será definida pela soma simples dos pontos obtidos em cada item do referido Barema.

7.3.13. Nenhuma titulação ou experiência profissional poderá ser computada mais de uma vez.

7.3.14. Caberá recurso da nota da Prova de Títulos conforme o disposto neste edital.

7.3.15. Serão convocados para a Prova Desempenho didático os/as candidatos/as com nota mínima igual a 1,0 na Prova de Títulos.

7.4. Da Prova de Desempenho Didático:

7.4.1. A Prova de Desempenho Didático consiste na apresentação de uma aula, que terá como objetivo avaliar o/a candidato/a quanto ao domínio do assunto, a capacidade de comunicação, de organização do pensamento e de planejamento, e a metodologia de aula.

7.4.2. Para realização da Prova de Desempenho Didático serão estipulados 10 (dez) pontos (temas) específicos para cada área de conhecimento, conforme disposto no Anexo III deste edital.

7.4.3. A Prova de Desempenho Didático, realizada presencialmente em local (sala) a ser divulgada no ato de convocação para essa fase, constará de aula expositiva sobre ponto a ser sorteado entre os pontos conforme o subitem 7.4.2, podendo ser gravada pela banca para efeito de registro.

7.4.4. Em todas as etapas em que for requerida a presença/participação do/a candidato/a, o mesmo, ao ingressar na sala, deverá apresentar o documento de identificação com foto original quando requisitado, sob pena de desclassificação em caso de recusa, a qual constará em ata.

7.4.5. De caráter eliminatório e classificatório, a Prova de Desempenho Didático constará de uma aula, com duração máxima de 50 (cinquenta) minutos, acerca do ponto (tema) sorteado para o/a candidato/a.

7.4.6. Não será permitida a participação de candidatos concorrentes nas sessões (salas) de apresentação da Prova de Desempenho Didático.

7.4.7. Na Prova de Desempenho Didático, está vedada aos membros da banca a realização de arguições aos candidatos durante ou após o término da apresentação.

7.4.8. Serão realizados dois sorteios distintos, sendo um para definir a ordem de apresentação da aula e outro para definir o ponto (tema) que será abordado na referida aula.

7.4.8.1. A ordem de apresentação da aula dos/as candidatos/as será sorteada na data indicada no Anexo IV deste Edital, em local e horário a serem divulgados na página oficial do certame, com participação obrigatória de todos/as candidatos/as convocados/as.

7.4.8.2. O número de candidatos inscritos para a mesma área a apresentarem num mesmo dia a aula da Prova de Desempenho Didático não excederá a 8 (oito), podendo, a depender do número de candidatos/as classificados/as, ser necessária a realização das bancas de apresentação em dias distintos, seguindo-se sempre a ordem do sorteio das apresentações.

7.4.8.3. Será sorteado um único ponto (tema) para todos os/as candidatos/as cuja aula será apresentada no mesmo dia (um ponto por dia), estando os pontos (temas) de cada área definidos no Anexo III deste Edital.

7.4.8.4. De acordo com o número de candidatos/as classificados/as para participar da Prova de Desempenho Didático, o sorteio do ponto poderá ser realizado em dias distintos, respeitada a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas para o início da realização da referida prova.

7.4.8.5. A presença do/a candidato/a na sala no momento designado para o sorteio da ordem de apresentação e para o sorteio do ponto (tema) de aula é obrigatória e o não comparecimento implicará na eliminação do/a candidato/a do certame.

7.4.9. O local para participação no sorteio da ordem de apresentação da prova didática e no sorteio do ponto (tema) da prova didática será disponibilizado na página oficial do certame, de acordo com o cronograma disposto no Anexo IV deste Edital.

7.4.10. A ordem de apresentação da Prova de Desempenho Didático será sorteada pela Banca examinadora, de forma presencial ou virtual (conforme convocação) com participação obrigatória de todos/as os/as candidatos/as em local informado na convocação e de acordo com o cronograma do Anexo IV do referido Edital, podendo ser gravada pela banca para efeito de registro.

7.4.11. As Provas de Desempenho Didático ocorrerão nas datas previstas no cronograma do Anexo IV deste Edital, contudo, a definição exata do dia e horário das apresentações da Prova de Desempenho Didático, bem como o tema e a localização para as salas de cada área de conhecimento serão informadas pela banca examinadora no momento do respectivo sorteio.

7.4.12. O dia, a hora e o local definitivos para o sorteio da ordem de apresentação da aula e do ponto da Prova de Desempenho Didático serão divulgados no site do Processo Seletivo conforme indicado no Anexo IV deste Edital.

7.4.13. Os candidatos deverão entregar o Plano de Aula do ponto sorteado em formato impresso presencialmente no início da Prova de Desempenho Didático.

7.4.14. O/A candidato/a deverá atender convocação publicada na página eletrônica do processo seletivo e comparecer presencialmente ou virtualmente (conforme convocação) para:

- 1) o sorteio da ordem de apresentação da Prova de Desempenho Didático para todas as pessoas inscritas;
- 2) o sorteio dos pontos/temas que ocorrerá no dia anterior ao dia da Prova de Desempenho Didático.

7.4.15. Iniciado o sorteio da ordem de apresentação da aula não será permitida, sob quaisquer hipóteses, a participação na sessão de candidatos atrasados.

7.4.16. Na impossibilidade de comparecimento aos sorteios, o/a candidato/a poderá se fazer representar através de procuração pública ou particular, sendo que neste último caso deverá ser anexada uma cópia autenticada do documento de identificação do/a candidato/a utilizado no ato da inscrição.

7.4.17. O instrumento de procuração deverá ser enviado eletronicamente para a Banca Examinadora diretamente para o endereço eletrônico prof.substituto.lft@ifba.edu.br, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do horário do sorteio, devendo o assunto da mensagem conter, sequencialmente, o seu Nome Completo e Área de Conhecimento.

7.4.18. O/A candidato/a deverá estar presente no local designado para a realização da Prova de Desempenho Didático com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário previsto para o início da sua apresentação, munido do documento original de identificação utilizado no ato da inscrição.

7.4.19. O IFBA não é obrigado a oferecer e não se responsabiliza por possíveis falhas em equipamentos utilizados por candidato para apresentação da Prova Didática, assim como, por eventuais falhas no fornecimento de energia elétrica ou de Internet que possam prejudicar a realização da aula ou participação em qualquer etapa do certame.

7.4.20. Os membros da Banca Examinadora avaliarão o desempenho dos/as candidatos/as na Prova de Desempenho Didático utilizando os seguintes critérios:

Avaliação da Atuação Pedagógica e do conhecimento sobre o Tema Específico		
Item	Aspectos Considerados	Pontuação
1	Plano de aula: elementos, pertinência e adequação ao tema	de 0 a 1,0
2	Coerência entre a aula e o Plano de aula	de 0 a 1,0
3	Apresentação, contextualização e problematização do tema	de 0 a 1,0

4	Comunicação: clareza, objetividade, comunicabilidade e fluência	de 0 a 1,0
5	Conhecimento e domínio do tema	de 0 a 1,0
6	Explicação, exemplos e/ou aplicação do tema	de 0 a 1,0
7	Adequação e uso dos recursos didáticos	de 0 a 1,0
8	Critério e explicação da forma da avaliação do conteúdo desenvolvido	de 0 a 1,0
9	Condução, ritmo e tempo da aula	de 0 a 1,0
10	Uso de conhecimento com fontes bibliográficas e referenciado	de 0 a 1,0
Pontuação total:		de 0 a 10,00

7.4.20.1. A nota obtida pelo candidato na Prova de Desempenho Didático (Pontuação total) será a média aritmética da pontuação total atribuída individualmente pelos membros da banca examinadora à tabela de “Avaliação da Atuação Pedagógica e do conhecimento sobre o Tema Específico” do subitem 7.4.20, limitando-se ao máximo de 10,00 (dez) pontos, considerando-se até a segunda casa decimal da média calculada e das pontuações totais atribuídas pelos membros da banca.

7.4.20.2. Na divulgação do resultado da Prova de Desempenho Didático será indicada apenas a nota final do/a candidato/a, formada pela média aritmética das pontuações atribuídas pelos membros da banca examinadora.

7.4.21. Será desclassificado/a do certame o/a candidato/a que obtiver nota inferior a 6,00 (seis) pontos na Prova de Desempenho Didático.

7.4.22. Será atribuída nota 0,00 (zero) ao/à candidato/a que, na Prova de Desempenho Didático, abordar tema diverso daquele que lhe couber no sorteio do ponto.

7.4.23. A prova de desempenho didático para a vaga de professor substituto de língua estrangeira ou de libras deverá obrigatoriamente ser realizada na língua estrangeira especificada ou em libras.

8. DA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

8.1. Todo o processo de seleção será realizado na forma prevista neste edital e todas as comunicações serão divulgadas na página oficial do certame.

8.2. O/A candidato/a que necessitar de qualquer tipo de condição especial – desde que não esteja relacionada à infraestrutura, conexão ou equipamentos (em especial o disposto no subitem 6.20) – para a realização das provas deverá solicitá-la no ato de inscrição previsto no subitem 6.3, indicando claramente quais os recursos especiais necessários a tal atendimento.

8.3. Para a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas será permitida a pausa para a amamentação de no máximo 30 (trinta) minutos, que será acompanhada pela banca examinadora, respeitada a privacidade da candidata.

8.3.1. O exercício do direito previsto no subitem 8.3 deste edital fica condicionado ao envio prévio da certidão de nascimento do filho/a para o endereço de e-mail prof.substituto.lft@ifba.edu.br, no mesmo prazo para a realização das inscrições, contendo o assunto da mensagem o nome completo da candidata e a área/cargo para o qual se inscreveu.

8.4. O/A candidato/a que no ato da inscrição não solicitar as condições especiais para realização das provas terá que realizá-las em igualdade de condições com os demais candidatos.

9. DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO

9.1. O resultado do processo seletivo será apresentado em lista única, separando os candidatos por vaga disputada e modalidade de concorrência, e com as seguintes informações: nota da Prova de Desempenho Didático, nota da Prova de Títulos e Nota Final.

9.2. A nota final de cada candidato será a média ponderada das notas obtidas nas duas avaliações, considerando os respectivos pesos abaixo estabelecidos:

9.2.1. Prova de Títulos - Peso 3 (três)

9.2.2. Prova de Desempenho Didático - Peso 7 (sete)

9.3. A nota final do/a candidato/a será obtida utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{Nota Final} = ((\text{Nota Prova Desempenho Didático} \times 7) + (\text{Nota Prova de Títulos} \times 3)) / 10$$

9.4. A classificação do/a candidato/a dar-se-á por área de conhecimento, regime de trabalho e ordem decrescente de nota final, sendo o primeiro classificado aquele candidato que obtiver a maior nota final.

9.5. Havendo empate, terá preferência para efeito de classificação no certame o/a candidato/a que sucessivamente e em ordem de prioridade:

9.5.1. Possuir maior idade.

9.5.2. Obter maior nota na Prova de Desempenho Didático;

9.5.3. Obter maior nota na Prova de Títulos;

9.5.4. Possuir mais tempo de experiência de ensino;

9.5.5. Possuir maior titulação acadêmica;

9.6. Havendo candidatos/as que se enquadrem na condição de idoso, nos termos da Lei nº. 10. 741/03 e em caso de igualdade no total de pontos, o primeiro critério de desempate será a idade, dando-se preferência ao/à candidato/a de idade mais avançada. Os demais critérios de desempate seguirão a ordem estabelecida no subitem 9.5.

9.7. A divulgação do resultado preliminar do processo seletivo, apresentando os candidatos por ordem de classificação e com suas respectivas notas ocorrerá a partir da data indicada no Anexo IV deste Edital.

9.8. Faculta-se ao/à candidato/a apresentar um único recurso, quanto ao resultado preliminar do processo seletivo.

9.9. Antes de proferida a sua decisão final sobre o recurso, poderá ser ouvida a Banca Examinadora envolvida.

9.10. A divulgação do resultado da análise dos recursos ocorrerá a partir da data indicada no Anexo IV deste Edital.

9.11. Na hipótese de deferimento do recurso interposto, o IFBA procederá à retificação necessária.

9.12. A divulgação do resultado final do processo seletivo ocorrerá a partir da data indicada no Anexo IV deste Edital.

9.13. O(A) Reitor(a) do IFBA poderá anular, total ou parcialmente, o resultado final deste processo seletivo simplificado, desde que devidamente fundamentado.

10. DA HOMOLOGAÇÃO

10.1. A homologação do resultado final do certame será publicada no Diário Oficial da União, e sua divulgação ocorrerá a partir do dia seguinte desta publicação.

11. DA CONTRATAÇÃO

11.1. A mera classificação no certame não assegura o direito à contratação do/a candidato/a.

11.2. O IFBA reserva-se ao direito de contratar os candidatos seguindo rigorosamente a ordem de classificação e de acordo com sua necessidade e conveniência.

11.3. O/A candidato/a classificado será convocado para apresentação da documentação comprobatória de atendimento dos requisitos e assinatura do contrato, cujo contato com o mesmo ocorrerá por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico (e-mail), ligação telefônica ou, eventualmente, por correspondência enviada ao endereço residencial, considerando os dados informados na ficha de inscrição, conforme a necessidade e conveniência da instituição, podendo ser lotado no campus Lauro de Freitas, a critério do IFBA.

11.4. É de responsabilidade exclusiva do/a candidato/a a atualização dos seus dados cadastrais junto ao IFBA.

11.4.1. Serão de inteira responsabilidade do/a candidato/a os prejuízos decorrentes da não atualização de seus dados cadastrais.

11.5. O/A candidato/a será contratado temporariamente para exercer a função pública de professor substituto, nos termos do art. 2º, inciso IV, da Lei nº. 8.745, de 09/12/1993, publicada no DOU de 10/12/1993, com atuação no magistério do ensino básico, técnico e tecnológico, exercendo todas as atribuições inerentes ao ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, nos diversos cursos ofertados no IFBA.

11.5.1. O professor substituto contratado através deste processo seletivo não fará jus às vantagens típicas do plano de carreira do magistério federal, tais como as progressões, promoções, etc., pois são exclusivas dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos.

11.5.2. O professor substituto fará jus ao pagamento de Retribuição por Titulação - RT conforme titulação estabelecida no Edital do processo seletivo simplificado, sendo vedada qualquer alteração posterior.

11.5.3. O valor da remuneração mensal a ser paga ao contratado será exatamente aquele definido de acordo com as características (regime de trabalho e/ou exigência de formação acadêmica) da vaga em disputa, acrescido, quando aplicável, do valor do auxílio-alimentação correspondente, conforme estabelecido no Anexo I deste edital.

11.5.4. O/A contratado/a que fizer jus ao recebimento do Auxílio-alimentação receberá essa verba indenizatória conforme o valor informado no Anexo I.

11.6. O contrato de trabalho inicial terá uma vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado sucessivamente, através de assinaturas de termos aditivos, desde que a soma dos períodos não ultrapasse o limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses.

11.7. Não poderá ser contratado pelo IFBA:

11.7.1. O/A candidato/a que possuir contrato temporário vigente com outro órgão ou entidade da administração pública federal, cujo fundamento seja a Lei nº 8.745/93; ou

11.7.2. O/A candidato/a que ainda não tiver cumprido a carência de 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de contrato anterior, cujo fundamento tenha sido a Lei nº 8.745/93.

12. DA VALIDADE

12.1. O prazo de validade deste processo seletivo simplificado será de 1 (um) ano, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período, no interesse da Administração.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A inexatidão ou a falsidade em qualquer declaração prestada e/ou qualquer irregularidade nas Provas ou em documentos apresentados, ainda que verificadas posteriormente à realização do processo seletivo simplificado, implicará na eliminação sumária do/a candidato/a, sendo declarada nula, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes.

13.2. A Banca examinadora de cada área poderá ter seus membros substituídos por suplentes cujos nomes estejam previstos na divulgação prévia dos componentes em qualquer momento do processo seletivo regido pelo presente Edital.

13.3. Será excluído do processo seletivo simplificado o/a candidato/a que:

13.3.1. Não cumprir todas as disposições contidas neste edital;

13.3.2. Agir com ofensa ou descortesia a qualquer outro/a candidato/a ou membro da equipe responsável pela seleção;

13.3.3. Deixar de comparecer a qualquer uma das etapas de comparecimento obrigatório previstas neste edital;

13.3.4. Usar de meios fraudulentos para inscrição no certame e/ou durante a realização das provas.

13.4. Constituem anexos deste edital:

13.4.1. Anexo I – Quadro Demonstrativo de Vagas;

13.4.2. Anexo II – Barema de Títulos;

13.4.3. Anexo III – Relação de Pontos para a Prova de Desempenho Didático;

13.4.4. Anexo IV – Cronograma de atividades do processo seletivo;

13.4.4. Anexo V – Autodeclaração como pessoa negra

13.4.5. Anexo VI - Autodeclaração Indígena

13.4.6. Anexo VII - Autodeclaração Quilombola

13.5. Não serão fornecidos ao/à candidato/a quaisquer documentos comprobatórios de aprovação, classificação ou notas obtidas, valendo para esse fim o resultado final homologado e publicado no Diário Oficial da União.

13.6. O/A candidato/a convocado/a que não atender aos requisitos exigidos para o exercício da função, ou se recusar a assinar o contrato, será definitivamente eliminado do certame.

13.7. O IFBA poderá convidar candidatos/as classificados/as para assumir eventual vaga em campus distinto dos campi relacionados a este processo seletivo ou carga horária diferente, proporcional à remuneração. Nestes casos, deverá ser observada a ordem de classificação geral de candidatos/as para a área de conhecimento específica da vaga.

13.7.1. O/A candidato/a será convidado/a por meio de correspondência eletrônica (e-mail) ou ligação telefônica e terá um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas da data de envio do convite para manifestar-se.

13.7.2. A não aceitação do convite ou ausência de manifestação dentro do prazo estabelecido não elimina o/a candidato/a, que permanecerá na mesma posição em relação à lista de classificação específica.

13.8. O/A candidato/a contratado/a deverá ministrar aulas de qualquer disciplina pertencente à sua área de conhecimento, sendo os pontos/temas cobrados na Prova de Desempenho Didático apenas para os fins de viabilização da execução deste processo seletivo.

13.9. A previsão de vagas para cota racial e PcD obedeceu à Lei 15.142/2025, ao Decreto 12.536/2025 e ao Decreto 9.508/2015, e a alocação de vagas reservadas nas áreas do conhecimento seguiu o critério de sorteio definida na Instrução Normativa MGI/MIR/MPI Nº 261, DE 27 DE JUNHO DE 2025, considerando que as áreas, isoladamente, não apresentam quantitativo suficiente para distribuição das vagas previstas na legislação.

13.10. Os casos omissos serão resolvidos pela Reitoria do IFBA, ouvida a Procuradoria Jurídica da instituição, se necessário.

Lauro de Freitas/BA, 24 de abril de 2026

(assinatura eletrônica)

Luzia Matos Mota

Reitora do IFBA

ANEXO I – QUADRO DEMONSTRATIVO DE VAGAS

ÁREA DE CONHECIMENTO	REGIME DE TRABALHO	Nº DE VAGAS	A C	P P	I	Q	Pc D*	FORMAÇÃO ACADÊMICA EXIGIDA	REMUNERAÇÃO**
1. Eletrotécnica ou Sistemas Elétricos de Potência	40h	1	1	0	0	0	0	Bacharelado em Engenharia Elétrica (Ênfase em Sistemas de Potência ou Eletrotécnica); Licenciatura Plena em Eletricidade; Licenciatura em Eletromecânica; Tecnólogo em Tecnologia Elétrica; ou Engenharia da Computação, com pós-graduação lato sensu em educação ou na área de conhecimento específico do cargo-área ou na subárea de conhecimento.	Remuneração: R\$5.149,74 Auxílio-alimentação: R\$1.192,00
2. Sistemas de Energia Renovável	40h	1	1	0	0	0	0	Bacharelado em Engenharia de Energia; Bacharelado em Engenharia de Energias Renováveis; Bacharelado em Engenharia Elétrica; Licenciatura Plena em Eletricidade; Licenciatura em Eletromecânica; ou Engenharia de Produção Mecânica, com pós-graduação lato sensu em educação ou na área de conhecimento específico do cargo-área ou na subárea de conhecimento.	Remuneração: R\$5.149,74 Auxílio-alimentação: R\$1.192,00
TOTAL	-	2	2	0	0	0	0	-	-

Legenda:

AC: Vagas destinadas à ampla concorrência

PPIQ: Vagas reservadas às pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas e quilombolas

PcD: Vagas reservadas às pessoas com deficiência

CR: Vagas reservadas a cadastro reserva

(*) Vagas PcD: A reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD) é assegurada no certame como um todo, sendo permitida a inscrição para esta modalidade em todas as áreas. A convocação ocorrerá quando o total acumulado de contratações do edital alcançar o percentual mínimo exigido por lei (5%), independentemente da área de conhecimento, observada a ordem de classificação geral da lista de PcD.

(**) Remuneração: O valor da remuneração mensal já inclui a Retribuição por Titulação (RT) correspondente à titulação exigida no edital, não podendo ser alterada após a contratação, conforme Orientação Normativa SRH nº 05/2009. O valor do Auxílio-alimentação é de R\$ 1.175,00.

PCI Concursos

ANEXO II – BAREMA DE TÍTULOS

1. TITULAÇÃO ACADÊMICA (Pontuação máxima de 5,0 pontos)	Valor Unitário	Valor Total
1.1 Doutorado Concluído na área ou em áreas afins (máximo 1 título)	3,00	3,00
1.2 Mestrado Concluído na área ou em áreas afins (máximo 1 título)	2,50	2,50
1.3 Especialização <i>Lato Sensu</i> com carga horária mínima de 360 horas na área ou em áreas afins (máximo 1 título)	2,00	2,00
1.4 Graduação em área afim (máximo 1 título), exceto aquela exigida como requisito para o cargo	1,50	1,50
2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Pontuação máxima de 4,0 pontos)	Valor Unitário	Valor Total
2.1. Atividade Docente	Valor Unitário	Valor Total
2.1.1 Por cada ano completo de docência na Educação Básica e/ou Tecnológica (máximo de 05 anos completos)	0,50	2,50
2.1.2 Por cada semestre completo no Ensino Superior (máximo de 10 semestres completos)	0,25	2,50
2.2 Outras experiências profissionais	Valor Unitário	Valor Total
2.2.1 Atuação profissional na Área de Conhecimento pretendida na seleção (máximo de 05 anos completos)	0,30	1,50
3. OUTROS (Pontuação máxima de 1,0 ponto)	Valor Unitário	Valor Total
3.1 Aprovação em concurso/processo seletivo público federal, estadual e municipal para cargo de professor efetivo e/ou substituto (máximo de 02 aprovações)	0,50	1,00
Total de Pontos (Pontuação máxima): 10,00 (dez) Pontos		

PCI Concursos

ANEXO III – RELAÇÃO DE PONTOS PARA A PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO

ÁREA DE CONHECIMENTO	PONTOS (TEMAS) PARA A PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO
1. Eletrotécnica ou Sistemas Elétricos de Potência	1. Máquinas Elétricas Rotativas de Corrente Alternada (condição motora e geradora);
	2. Fluxo de Carga em Sistemas Elétricos de Potência;
	3. Estudos de Curto-Circuito e Falhas Simétricas e Assimétricas;
	4. Subestações de Energia Elétrica;
	5. Instalações Elétricas Residências e Industriais;
	6. Proteção de Sistemas Elétricos de Potência;
	7. Visão Global de uma rede Elétrica Inteligente com Resposta à Demanda;
	8. Transformadores de Força, Potencial e Corrente;
	9. Redes de Transmissão e Distribuição de Energia e seus Equipamentos;
	10. Equipamentos de Manobra e Interrupção em Alta Tensão.
2. Sistemas de Energia Renovável	1. Auditoria Energética e Exergética em Sistemas Industriais.
	2. Sistemas Eólicos Offshore e Onshore: Fundamentos de Aerogeradores, Análise de Recursos Eólicos, e Tecnologias de Conexão à Rede Elétrica de Potência.
	3. Análise de Estabilidade Transitória e Efeitos do Golpe de Aríete em Sistemas Hidrelétricos Sujeitos a Variações Rápidas de Carga e Operação Flexível.
	4. Efeitos da Mobilidade Elétrica (Veículos Elétricos - EVs) na Rede de Distribuição: Impactos do Carregamento, Gerenciamento de Demanda e Soluções de Carregamento Inteligente.
	5. Regulação de Frequência e Potência Ativa (AGC) em Sistemas com Fontes Não-Síncronas (Eólica/Solar) e a Alocação de Reserva Rotativa em Usinas Convencionais.
	6. Princípios de Operação e Conexão à Rede de Sistemas Solares Fotovoltaicos (SFV): Dimensionamento Básico, Análise da Curva I-V e Métodos de Proteção Contra Ilhamento.
	7. Tecnologia de Usinas Solares Heliotérmicas (CSP): Comparação entre Coletores Parabólicos, Concentradores Lineares de Fresnel e Torres de Concentração, e Análise do Sistema de Armazenamento de Energia Térmica (TES).
	8. Modelagem e Controle de Conversores CC-CC e CC-CA em Sistemas de Energia Solar Fotovoltaica: Topologias de Inversores, Rastreamento do Ponto de Máxima Potência (MPPT).
	9. Otimização da Infraestrutura de Recarga de Veículos Elétricos em Cidades Inteligentes: Localização Ótima de Estações e Impacto no Fluxo de Potência da Rede de Distribuição.
	10. Tipos e Principais Características de Centrais Termoelétricas.

ANEXO IV – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DO PROCESSO SELETIVO

Nº	Atividades	Prazos
1	Divulgação oficial do edital	24/04/2026
2	Prazo para a impugnação ao edital	29/04/2026
3	Resultado das impugnações ao edital	30/04/2026
4	Período de realização das inscrições com envio dos documentos exigidos	1º a 12/05/2026
5	Resultado preliminar das inscrições deferidas e Publicação das Bancas examinadoras	13/05/2026
6	Recursos contra o resultado preliminar das inscrições deferidas e Bancas examinadoras	14 e 15/05/26
7	Resultado definitivo das inscrições deferidas e Bancas examinadoras com o resultado dos recursos interpostos nesta fase	18/05/2026
8	Resultado preliminar da Prova de Títulos	20/05/2026
9	Recursos contra o resultado preliminar da Prova de Títulos	21 e 22/05/2026
1 2	Resultado definitivo da Prova de Títulos com o resultado dos recursos interpostos nesta fase	25/05/2026
1 3	Convocação dos classificados para a Prova de Desempenho Didático	25/05/2026
1 4	Sorteio da ordem de apresentação dos/as candidatos/as	27/05/2026
1 5	Sorteio dos pontos/temas para os candidatos que farão a Prova de Desempenho didático no dia seguinte	27 e 28/05/2026
1 6	Período de realização das Provas de Desempenho Didático e de sorteio dos pontos/temas de apresentação dos/as candidatos/as	28 e 29/05/2026
1 7	Resultado preliminar das Provas de Desempenho Didático	01/06/2026
1 8	Recursos contra o resultado preliminar das Provas de Desempenho Didático	02 e 03/06/2026
1 9	Resultado definitivo da Prova de Desempenho Didático com o resultado dos recursos interpostos nessa fase	08/06/2026
2 0	Divulgação da lista de candidatos/as enviados/as para processo de heteroidentificação	08/06/2026
2 1	Realização do procedimento de heteroidentificação de pretos e pardos, da verificação documental complementar para indígenas e quilombolas e do exame de avaliação da condição de Pessoa com Deficiência	09/06/2026
2 2	Resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação de pretos e pardos, da verificação documental complementar para indígenas e quilombolas e do exame de avaliação da condição de Pessoa com Deficiência	09/06/2026
2 3	Recursos contra o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação de pretos e pardos, da verificação documental complementar para indígenas e quilombolas e do exame de avaliação da condição de Pessoa com Deficiência	10 e 11/06/2026
2 4	Resultado definitivo do procedimento de heteroidentificação de pretos e pardos, da verificação documental complementar para indígenas e quilombolas e do exame de	12/06/2026

	avaliação da condição de Pessoa com Deficiência, com o resultado dos recursos interpostos nesta fase	
2 5	Resultado Final Preliminar	12/06/2026
2 6	Recurso contra o Resultado Final Preliminar	15 e 16/06/2026
2 7	Publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado	17/06/2026

PCI Concursos

ANEXO V – AUTODECLARAÇÃO COMO PESSOA NEGRA (PRETA OU PARDA)

CONSIDERANDO as disposições contidas no Edital IFBA nº 23 de 24 de abril de 2026 do Processo Seletivo Simplificado para a Contratação de Professor Substituto;

Eu, _____ (nome completo) RG _____, CPF _____._____._____-____ declaro que sou negro/a, da cor _____ (preta ou parda), conforme as categorias estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE para designar as pessoas negras. Informo que no ato da inscrição me autodeclarei como pessoa de cor preta ou parda para fins de concorrer à reserva de vagas aos/às candidatos/as negros/as. Neste ato, ratifico a informação prestada na inscrição.

Ainda, envio minha imagem através de fotos e vídeo, para análise do fenótipo, caso necessário, para fins de avaliação da minha condição de pessoa negra (preta ou parda), nos termos Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261/2025.

_____, ____ de _____ de _____.
Cidade Dia Mês Ano

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Comprovada a inexatidão ou irregularidades descritas nesta declaração, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

ANEXO VI – AUTODECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO INDÍGENA

CONSIDERANDO as disposições contidas no Edital IFBA nº 23 de 24 de abril de 2026 do Processo Seletivo Simplificado para a Contratação de Professor Substituto;

Eu, _____ (nome completo) RG _____, CPF _____._____._____-____ declaro que sou indígena, do Povo _____, (nome completo e legível da Comunidade Indígena) situado no Município de _____ no Estado _____.

Neste ato, ratifico a informação prestada na inscrição, quando me auto-declarei como indígena e declarei interesse em concorrer à reserva de vagas para candidatas/os indígenas.

_____, ____ de _____ de _____.
Cidade Dia Mês Ano

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas nesta declaração, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.

ANEXO VII – AUTODECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO QUILOMBOLA

CONSIDERANDO as disposições contidas no Edital IFBA nº 23 de 24 de abril de 2026 do Processo Seletivo Simplificado para a Contratação de Professor Substituto;

Eu, _____ (nome completo) RG _____, CPF _____._____._____-____ declaro que sou quilombola, pertencente ao Quilombo _____ (Nome legível do Quilombo) e resido na comunidade quilombola _____ (Nome legível da comunidade quilombola), situada no Município _____ no Estado _____. Neste ato, ratifico a informação prestada na inscrição, quando me auto-declarei como quilombola e declarei interesse em concorrer à reserva de vagas para candidatas/os quilombolas. Atestam também essa declaração o(a) coordenador(a)/presidente do Quilombo _____, e as testemunhas abaixo assinadas também residentes da comunidade _____ (Nome legível da comunidade quilombola).

_____, ____ de _____ de _____.
 Cidade Dia Mês Ano

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

Comprovada a inexactidão ou irregularidades descritas nesta declaração, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MATOS MOTA, Reitora**, em 24/04/2026, às 13:36, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4825660** e o código CRC **AB9850EE**.

PCI Concursos